

MARANHÃO: PIB, investimento público e comércio exterior (2011-2018).

MARANHÃO: GDP, public investment and foreign trade (2011-2018).

Roberto Gonçalves Brito de Jesus¹

Silvio Henrique Silva Caldas²

Vinícius Nunes Coimbra³

RESUMO: Um breve apontamento teórico a respeito da importância do gasto público. Análise sobre o gasto público no estado do Maranhão no período de 2011 a 2018, destacando, para efeito de comparação, dois governos distintos: o primeiro, o Governo Roseana Sarney (2011 a 2014), e o segundo, o Governo Flávio Dino (2015 a 2018). Faz-se uso de dados macroeconômicos relativos ao Estado do Maranhão, analisando como cada governo utilizou-se do instrumento do gasto público, principalmente gastos em investimentos e quais resultados obtiveram considerando suas diferentes situações conjunturais. O investimento estadual em obras e instalações não apresenta relação direta com o crescimento do PIB do Maranhão. Observa-se relação forte e direta entre o comércio exterior e o crescimento do PIB do Maranhão.

Palavras-chave. Maranhão. PIB. Investimento Público. Despesa Pública. Resultado Primário. Exportações Líquidas.

ABSTRACT: A brief theoretical point about the importance of public spending. Analysis of public expenditures in the state of Maranhão in the period from 2011 to 2018, highlighting, for comparison purposes, two distinct governments: the first is the Roseana Sarney Government (2011 to 2014) and the second the Flávio Dino Government (2015 to 2018). Macroeconomic data are used for the State of Maranhão, analyzing how each government used the public expenditure instrument, mainly expenditures on investments

¹ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e membro do Grupo de Estudos sobre o Capitalismo Contemporâneo e a Reprodução da Força de Trabalho do Departamento de Economia da UFMA.

² Discente do curso de Ciências Econômicas da UFMA e membro do Grupo de Estudos sobre o Capitalismo Contemporâneo e a Reprodução da Força de Trabalho do Departamento de Economia da UFMA.

³ Discente do curso de Ciências Econômicas da UFMA e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Macroeconomia (GRAMMA) do Departamento de Economia da UFMA.

and what results they obtained considering their different conjuncture situations. State investment in works and facilities is not directly related to the growth of Maranhão's GDP. There is a strong and direct relationship between foreign trade and the GDP growth in Maranhão.

Keywords. Maranhão. GDP. Public Investment. Public Expenditure. Primary Result. Net Exports.

1 INTRODUÇÃO

O gasto público suscita, há muito tempo, na literatura econômica, discussões sobre sua utilização como ferramenta para fomentar a atividade econômica. Tem-se na literatura econômica correntes de pensamento que entendem que o gasto público é um importante instrumento a ser utilizado na promoção do crescimento econômico e outras correntes que defendem que sua utilização gera mais impactos negativos que positivos e por isso deve ser controlado.

Tem-se por objetivo, neste artigo, analisar, no estado do Maranhão, entre o período de 2011 a 2018, a evolução do gasto público com investimentos, precisamente em Obras e Instalações⁴, para fomentar a atividade econômica e como este gasto vem tendo impacto na economia, nesse mesmo período. Para isso, faz-se uso de determinados dados macroeconômicos relativos ao estado do Maranhão, comparando-os e demonstrando quais fizeram ou não efeito na economia nesse mesmo período. Destaca-se também, para efeito de comparação, dois governos distintos nesse recorte de tempo. O primeiro que vai de 2011 a 2014, que compreende o quarto Governo Roseana Sarney, e o segundo que vai de 2015 a 2018, que compreende o primeiro Governo Flávio Dino. Deve-se observar que esses dois governos encontram-se em situações conjunturais diferentes e que, portanto, distinguem-se na utilização do instrumento do gasto público e também dos resultados obtidos em relação à atividade econômica.

⁴ Despesas com estudos e projetos; construções de edifícios, estradas de rodagem e de ferro, de portos, de aeroportos e outros trabalhos envolvendo o emprego da mão-de-obra, materiais, utilização de terrenos, equipamentos e instalações, sendo a despesa com estes últimos apropriada por seu valor direto (tempo de utilização ou outro critério adotado); instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc.; despesas com obras e instalações que não sejam caracterizadas como prédios públicos, mas incorporáveis ao patrimônio do Estado, como por exemplo: barracões, caixas d'água, silos e similares.

No primeiro tópico deste artigo, faz-se apontamentos teóricos sobre o gasto público destacando o posicionamento de alguns autores da literatura econômica sobre sua importância para fomentar a atividade econômica. No segundo, faz-se a análise da evolução da despesa total do governo do estado do Maranhão e a despesa com investimento estadual em obras e instalações e também a análise da evolução do resultado primário do governo do estado junto à evolução do investimento estadual em obras públicas como proporção da despesa total. Já no terceiro tópico, faz-se a análise da correlação entre a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) do estado e a taxa de crescimento real dos investimentos estaduais em obras e instalações. Por fim, no último tópico, faz-se a análise da correlação entre a taxa de crescimento do PIB estadual e a taxa de crescimento das Exportações Líquidas (Exportações – Importações).

2 APONTAMENTOS TEÓRICOS DO GASTO PÚBLICO

A importância da ação governamental na economia, principalmente através da ampliação das despesas, foi suscitada pela inadequação a realidade dos postulados que asseguravam a eficiência do mercado em explicar a recorrência e persistência de depressões econômicas.

A partir da crise econômica da década de 1930, em que o nível de desemprego e ociosidade de capital chegaram a proporções alarmantes sem tendências endógenas para mudar o curso da depressão, houve a formulação de teorias que reconheceram a dinâmica inerentemente instável das economias capitalistas e a necessidade da atuação governamental para reverter quadros recessivos, promover distribuição de renda, ofertar bens públicos e garantir patamares elevados de emprego (REZENDE, 2006).

Keynes (1996), a partir do desenvolvimento da teoria da demanda efetiva, apontou que o investimento se constitui em peça fundamental para a compreensão da dinâmica cíclica assumida pelas economias capitalistas, pois, estando a sua efetivação condicionada a expectativas de lucro e estas, por sua vez, baseadas em eventos incertos, fazem que o investimento assuma um caráter essencialmente flutuante. Por consequência, quando o nível do investimento diminui expressivamente, o resultado é a redução do produto e aumento do desemprego. Além disso, o investimento promove um papel contraditório: gera estímulos através do aumento dos gastos e, por outro lado, promove a ociosidade de capital através da ampliação dos estoques, impactando de forma negativa a taxa de lucro esperada, em um único

movimento (POSSAS & BALTAR, 1981, p. 131). Dillard expõe, de forma bem clara, a influência das expectativas de ganho e do investimento na passagem que se segue:

Temos assim que, das três variáveis independentes que determinam o volume de emprego (a eficiência marginal do capital, a taxa de juros e a propensão a consumir), a que desempenha um papel principal nos ciclos econômicos é a eficiência marginal do capital. Se se recorda que a eficiência marginal do capital não é senão outro nome para designar a taxa prevista de lucro sobre o investimento novo, chegamos à observação de puro senso comum de que, numa economia de lucro, os ciclos econômicos são consequência das variações da taxa de lucro, ou mais especificamente, das flutuações das previsões relativas às taxas de lucro que haverá no futuro para as distintas espécies de investimento. (DILLARD, 1976, p. 244)

Dentro deste contexto, assumida a incapacidade dos mecanismos de mercado para assegurarem estabilidade econômica perene, o orçamento público encarna um papel anticíclico e constitui-se em peça fundamental na promoção do desenvolvimento econômico, a exemplo dos países escandinavos, onde a presença do Estado é considerável (REZENDE, 2006). Contudo, dentre todas as despesas governamentais, os gastos em investimento merecem atenção por conta dos seus efeitos estimulantes e da sua capacidade para suplantar dificuldades estruturais na economia, como destaca Orair:

Esses investimentos se distinguem da maior parte das demais despesas públicas porque resultam na acumulação de ativos fixos, que potencialmente ampliam o patrimônio líquido do setor público e geram um fluxo futuro de receitas, além de se tratar de uma variável macroeconômica que exerce efeitos simultâneos de estímulo tanto sobre a demanda quanto sobre a oferta. Pelo lado da demanda, no curto prazo, as despesas de investimento estão associadas a multiplicadores do produto e do emprego mais elevados, sobretudo em períodos recessivos.

Sob a ótica da oferta, possuem a faculdade de romper gargalos estruturais e ampliar a produtividade sistêmica da economia no médio e longo prazo (ORAIR, 2016, p. 165).

Essa perspectiva está fundamentada no fato de que, não estando o governo orientado apenas pela perspectiva de lucro, pode este contribuir para dinamizar e desenvolver projetos que representam elevado risco para a iniciativa privada (ORAIR, 2016). Concomitantemente, influencia as expectativas de lucro no curto e médio prazo, e, por conseguinte, gera impactos positivos sobre a demanda agregada (CARVALHO, 1997).

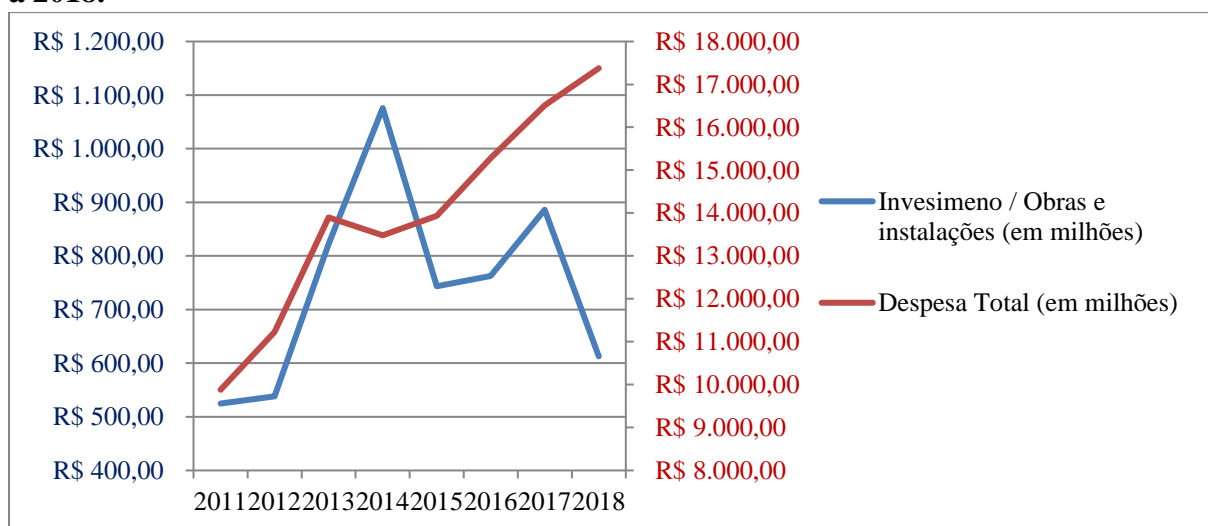
Dessa forma analisaremos os efeitos do gasto público do Estado do Maranhão na economia maranhense, para os anos de 2011 a 2018, fazendo um recorte em dois períodos distintos: 2011 a 2014 (quarto Governo Roseana Sarney) e 2015 a 2018 (primeiro Governo Flávio Dino), destacando suas particularidades.

3 DESPESA TOTAL, INVESTIMENTO ESTADUAL EM OBRAS E INSTALAÇÕES E RESULTADO PRIMÁRIO

Analisando-se primeiro a relação entre a evolução da Despesa Total do governo do estado do Maranhão e a despesa com Investimento estadual em Obras e Instalações, em termos nominais, verifica-se que este cresce, à medida que a Despesa Total cresce, de 2011 a 2013, como se pode ver no gráfico abaixo, a partir de dados dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Governo do Maranhão de 2014 e 2016. O ano de 2014 pode ser entendido como um ano de “reviravolta”, em que o Investimento Estadual permanece crescendo, enquanto a Despesa Total sofre uma leve queda, em termos absolutos. De 2015 até 2017, percebe-se que a Despesa Total retoma trajetória de crescimento, acompanhada pelo Investimento estadual em Obras e Instalações. Contudo, em 2018, a Despesa Total permanece em ascensão, e o Investimento Estadual em Obras e Instalações despenca.

Fazendo um recorte em dois períodos – o quarto Governo Roseana Sarney, de 2011 a 2014, e o primeiro Governo Flávio Dino, de 2015 a 2018 –, pode-se, rapidamente, observar que, no primeiro período, há uma explosão de Investimentos Estaduais em Obras e Instalações, em termos nominais, enquanto que, no segundo período, verifica-se uma queda inicial da mesma categoria de investimentos, que, no último ano, se aprofunda, fortemente, se comparada à evolução da Despesa Total e ao período anterior.

Gráfico 3.1: Investimento em Obras e Instalações e Despesa Total (em milhões), de 2011 a 2018.

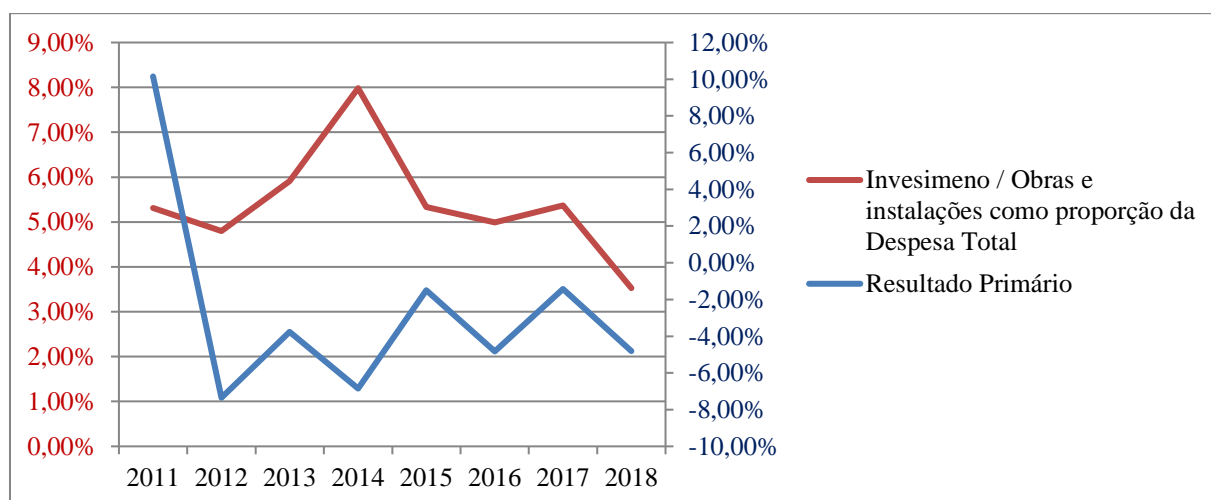


Fonte: Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Governo do Maranhão de 2014 e 2016

Analisando-se, agora, a evolução do Resultado Primário do governo do estado junto à evolução do Investimento Estadual em Obras Públicas como proporção da Despesa Total e tomando o Resultado Primário como indicador de quão fiscalmente responsável é o

governante do dia, tem-se que o quarto Governo Roseana, à medida que expandiu fortemente o Investimento Estadual em Obras e Instalações, pode ser considerado irresponsável do ponto de vista das finanças do estado do Maranhão, considerando que o Resultado Primário despencou de 10,15% para -7,35%, de 2011 para 2012. O Resultado Primário permanece negativo, até 2018, tendo seu maior patamar, de 2012 a 2018, em 2017, com -1,42%. Quanto ao primeiro Governo Flávio Dino, pode-se afirmar que o Resultado Primário e o Investimento Estadual em Obras Públicas como proporção da Despesa Total mantêm uma trajetória coincidente, ou seja, quando cresce (ou decresce) esta categoria de investimento, cresce (ou decresce) o Resultado Primário, não na mesma proporção. Vale notar que ambos oscilam muito, desde 2013, não na mesma proporção.

Gráfico 3.2: Em termos nominais, Investimento em Obras e Instalações como proporção da Despesa Total e Resultado Primário, de 2011 a 2018.



Fonte: Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Governo do Maranhão de 2014 e 2016

4 ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE A TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB DO ESTADO E TAXA DE CRESCIMENTO REAL DOS INVESTIMENTOS EM OBRAS E INSTALAÇÕES, DE 2011 A 2018

Pode-se observar uma correlação negativa, embora muito baixa (-0,12), entre a taxa de crescimento real do PIB do Maranhão com a taxa real de crescimento em Investimento estadual em Obras e Instalações, para os anos de 2011 a 2018 no Maranhão. De 2011 a 2014, tem-se taxa real do PIB do Maranhão crescendo em média acima dos 5%, com taxa real de crescimento em Investimento em Obras e Instalações negativas, em média, de cerca de -14%;

do ano de 2011 a 2013, essa taxa é negativa em média de cerca -29%, estando positiva apenas em 2014 quando cresce 30,84%, como apontado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), em seu Boletim de Conjuntura do 1.º trimestre de 2019.

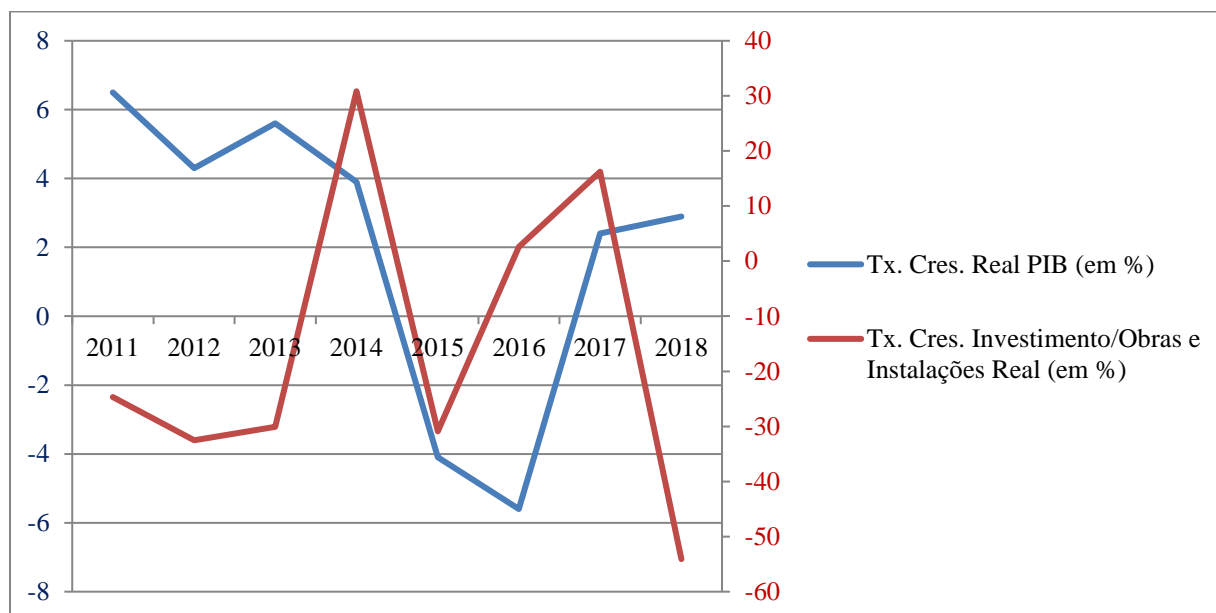
O Governo Flávio Dino, que começa em um cenário de recessão do PIB nacional de -3,8% e que continua, em 2016, em queda de -3,6%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no cenário local, apesar do PIB do Maranhão estar crescendo nominalmente, em termos reais, no entanto, tem queda de -4,1% e -5,6%, em 2015 e 2016, respectivamente, provavelmente, puxado pela recessão econômica brasileira, verificada nesses dois anos. Nos dois anos seguintes, a taxa de crescimento do PIB real do Maranhão cresce 2,4% e 2,9% nos anos de 2017 e 2018, respectivamente, de acordo com o IMESC (2019). No Governo Flávio Dino, a taxa real de crescimento de Investimento em Obras e Instalações foi negativa em média de cerca 16,54%, e, por conseguinte, não muito diferente da taxa do governo anterior. Tais números estão detalhados na tabela e no gráfico abaixo.

Tabela 4.1: Correlação entre a Taxa de Crescimento Real do PIB do estado e a Taxa de Crescimento Real dos Investimentos estaduais em Obras e Instalações, de 2011 a 2018.

Ano	Tx. Cres. Real PIB (em %)	Tx. Cres. Investimento/Obras e Instalações Real (em %)
2011	6,5	-24,69
2012	4,3	-32,51
2013	5,6	-30,06
2014	3,9	30,84
2015	-4,1	-30,9
2016	-5,6	2,6
2017	2,4	16,21
2018	2,9	-54,09
Correlação		-0,123568022

Fonte: IMESC e Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Governo do Maranhão de 2014 e 2016

Gráfico 4.1: Taxa de Crescimento Real do PIB do estado X Taxa de Crescimento Real do Investimento estadual em Obras e Instalações, de 2011 e 2018.



Fonte: IMESC e Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Governo do Maranhão de 2014 e 2016

Se não é a taxa crescimento em investimento (obras e instalações) que explica uma certa retomada da taxa real de crescimento do PIB para os anos de 2017 e 2018, o que explica? Por exemplo, a taxa real de crescimento em Investimento em Obras e Instalações foi negativa em cerca de -54,09%, em 2018, enquanto a taxa real de crescimento do PIB foi positiva em cerca de 2,9%, não sendo, portanto, resultado da taxa real de crescimento em Investimento em Obras e Instalações desse período? Seria a leve retomada do crescimento do PIB nacional, nos anos de 2017 e 2018, responsável pela retomada do crescimento real do PIB do Maranhão nesses mesmos anos? Ou seria o setor externo o responsável?

5 ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE A TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB ESTADUAL E A TAXA DE CRESCIMENTO REAL DAS EXPORTAÇÕES LÍQUIDAS

Percebe-se, à primeira vista, a alta correlação entre a Taxa de Crescimento do PIB do estado do Maranhão e a evolução das Exportações Líquidas (0,788), o que nos pode induzir a uma relação de causa e efeito entre o crescimento das Exportações Líquidas e o crescimento do PIB do estado. Percebe-se uma trajetória de queda, de 2011 até 2016, das exportações

líquidas, que pode ser explicado pela sobrevalorização cambial, de início de 2011 até fim de 2013, e pela recessão verificada em 2015 e 2016, em que a economia do país sofreu uma queda no PIB de -3,5%, em 2015, e de -3,3%, em 2016, de acordo com o IBGE.

Tabela 4.1: Saldo Exportações Líquidas (em %) do Maranhão, de 2010 a 2018.

Ano	Exportação (A) (US\$ milhões)	Importação (B) (US\$ milhões)	Corrente Comercial	A-B(Var %)
2010	2.920,30	-3.817,10	6.737,40	-
2011	3.047,10	-6.281,40	9.328,50	38,5
2012	3.024,70	-7.060,40	10.085,10	8,1
2013	2.341,90	-6.832,90	9.174,80	-9
2014	2.795,50	-7.068,20	9.863,70	7,5
2015	3.050,20	-3.620,70	6.670,90	-32,4
2016	2.209,80	-2.101,60	4.311,40	-35,4
2017	3.032,30	-2.559,40	5.591,70	29,7
2018	3.788,50	-3.094,10	6.882,60	23,1

Fonte: IMESC

Pode-se dizer que o PIB do estado do Maranhão segue a tendência do PIB nacional, sobretudo na queda verificada em 2015 e em 2016, o que reforça a ideia de que a recessão gerou efeitos decrescentes à taxa de crescimento das exportações líquidas e, sequencialmente, ao PIB estadual.

Tabela 4.2: Correlação entre Taxa de Crescimento Real do PIB do estado e Evolução das Exportações Líquidas, de 2011 a 2018.

Ano	Tx. Cres. Real PIB (em %)	Evolução das Exportações Líquidas (em %)
2011	6,5	38,5
2012	4,3	8,1
2013	5,6	-9
2014	3,9	7,5
2015	-4,1	-32,4
2016	-5,6	-35,4
2017	2,4	29,7
2018	2,9	23,1
	Correlação	0,78803528

Fonte: IMESC

Verifica-se um rápido crescimento das exportações líquidas, acompanhado de rápida recuperação do PIB maranhense. Somos levados a supor que esta elevação deva-se a sequencial desvalorização da taxa de câmbio, o que, em geral, impulsiona as exportações e

desestimula importações. Em 2017, o Maranhão chega a registrar um crescimento de 2,4%, em comparação a queda da ordem de 5,4%, verificada em 2016 (muito mais aguda que a experimentada pela economia nacional), de acordo com o IMESC (2019). Para 2018, projeta-se uma permanente trajetória de crescimento da economia estadual, da ordem de 2,9%, que é superior ao observado na taxa de crescimento da economia brasileira: 1,1%, em 2017, e 1,3%, pelo projetado pelo Banco Central do Brasil para o ano de 2018, no Relatório de Inflação de dezembro de 2018.

Gráfico 4.1: Taxa de Crescimento Real do PIB do estado X Evolução das Exportações Líquidas.



Fonte: IMESC

6 CONCLUSÃO

Falou-se sobre o papel da intervenção governamental por meio da despesa governamental, como meio de ampliar a demanda efetiva, a fim de interromper ciclos de depressão econômica, tendo em vista a incapacidade dos mecanismos de mercado para assegurarem a continuidade da estabilidade econômica.

Tem-se, contudo, que, dos dois governos estaduais englobados pelo período analisado, pode-se dizer que o quarto Governo Roseana Sarney (2011-2014) foi o mais fiscalmente irresponsável, considerando a queda do Resultado Primário de 10,15% para -7,35%, de 2011 para 2012, embora tenha sido o governo em que os Investimentos Estaduais em Obras e

Instalações mais cresceram, tanto em termos absolutos como proporcionalmente ao volume das Despesas Totais do governo.

Verificou-se também que, na contra mão do que afirmaram os teóricos acima citados, neste período, de 2011 a 2018, no Maranhão, não há correlação direta significativa entre a taxa de crescimento real do PIB do estado e a taxa de crescimento real dos Investimentos Estaduais em Obras e Instalações, ou seja, qualquer aumento nesta categoria de investimento não implicou em aumento correspondente do PIB do Maranhão.

Contudo, ao analisar a correlação entre a evolução das Exportações Líquidas do Maranhão e a taxa de crescimento real do PIB do estado, de 2011 a 2018, vê-se que seu valor, que é de 0,79, indica altíssima sensibilidade do PIB maranhense ao comércio com o exterior, de tal modo que se pode afirmar que, quando crescem as Exportações Líquidas do estado, cresce também o PIB do Maranhão. Por conseguinte, tem-se que, de 2011 a 2018, o setor que mais fortemente atinge a atividade econômica do Maranhão e a dinamiza nem de longe é o Investimento Público, mas o comércio com o exterior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Banco Central. **Relatório de Inflação**. Brasília, 2018.

CARVALHO, F. J. **Economic policies for monetary economies**. Revista de Economia Política, v.17, n.4, p.31-51, out.-nov.,1997.

DILLARD, D. **A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib%23evolucao-taxa#evolucao-taxa>, Acesso em: 14 mai. 2009.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS E CARTOGRAFICOS. **Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense**: 1.º trimestre de 2019. São Luís, 2019.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ORAIR, R. O. **Política Fiscal no Brasil Contemporâneo: Investimento Público e Ciclos Econômicos**. Repositório IPEA, 165-185, 2016

POSSAS, M. L.; BALTAR, P. E. A. **Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki**. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p.107-160, abr.1981.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Maranhão**: Período 2014-2016 (13.^a Revisão). São Luís: 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Maranhão**: Período 2016-2018 (14.^a Revisão). São Luís: 2016.

REZENDE, F. A. **Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas, 2006.